

bet365 primeira aposta

Ocorrências de dimensão menor, sem dúvida, mas também horríveis, afetam de modo decisivo a vida de milhares de brasileiros e vem se agregar ao trágico dia humanitário.

Os acontecimentos horrendos, que incluem a asfixia do cinema produzido no Brasil, iniciada em janeiro de 2024, e o abandono da Cinemateca Brasileira e, por sorte, receberam indenizações na semana passada. O Espaço Ita de Cinema anunciou o fechamento de salas por estarem operando com taxa de ocupação inferior a 20%; o governo federal enviou ao Congresso projeto de lei propondo cortar 22 bilhões de reais em benefícios fiscais, incluindo alguns destinados à indústria audiovisual.

Outra face trágica da atualidade é a perda da esperança de viver bem no Brasil quem pode mudar para Portugal, e quem não pode faz tentativas desesperadas de migrar ilegalmente para os Estados Unidos, às vezes com consequências dramáticas. A vítima mais recente, Lenilda Oliveira dos Santos, técnica de enfermagem, de 49 anos, morreu em 7 de setembro. Matéria de O Globo em primeira mão (18/9) informa que seu corpo foi encontrado em uma região desértica da cidade de Deming, no Novo México, após ter sido deixada para trás pelo coitote e seus colegas de travessia. O nosso país hoje está tão difícil que mesmo sendo técnica de enfermagem formada aqui, disse a irmã de Lenilda ao Globo, era melhor para ela trabalhar como faxineira nos Estados Unidos. Que nosso país seja melhor. O Brasil acabou.

Enquanto isso, continua a procissão de filmes brasileiros da era a.P. (antes da pandemia) rumo à sepultura, e as salas de cinema. Apesar de a queda de frequência durante a pandemia ter tornado ainda mais grave a crise crônica de rentabilidade das produtoras nacionais, a exibição de filmes em tela grande mantém-se atraindo investimentos por forma alguma ocorrendo, muitas vezes apenas para cumprir exigência da Ancine feita a produtoras que receberam financiamento público para terem direito de chegar depois às plataformas de streaming, ao sob demanda e demais dias. Essa obrigação deveria ter sido reconsiderada diante da circunstância excepcional criada desde que a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia do novo coronavírus, em primeira mão em março de 2024. O resultado da persistência da